

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE FORNELOS

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2024

Unidade Monetária: euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.Dez.24	31.Dez.23
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	4.597.869,09	4.719.807,59
Investimentos financeiros	5	24.128,67	24.128,67
		4.621.997,76	4.743.936,26
Ativo Corrente			
Inventários	6	1.396,10	1.541,58
Créditos a receber	7	9.999,83	3.784,50
Estado e outros entes públicos	8	4.239,04	2.377,95
Diferimentos	9	12.637,75	19.431,54
Outros ativos correntes	10	66.039,81	32.217,94
Caixa e depósitos bancários	11	152.229,89	83.156,74
		246.542,42	142.510,25
		4.868.540,18	4.886.446,51
Total do Ativo			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12	14.135,19	14.135,19
Resultados transitados	12	2.970.839,11	3.186.054,32
Ajustamentos/outras variações de fundos patrimo	12	626.541,35	648.906,73
Resultado líquido do período		54.223,64	- 215.215,21
Total dos Fundos Patrimoniais			
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões	13	-	8.750,00
Financiamentos obtidos	14 15	525.022,23	651.218,14
		525.022,23	659.968,14
Passivo Corrente			
Fornecedores	17	40.923,25	10.700,67
Estado e outros entes públicos	8	96.864,16	86.081,83
Financiamentos obtidos	14 15	175.487,16	165.017,73
Diferimentos	9	12.498,22	15.463,47
Outros passivos correntes	16	352.005,87	315.333,64
		677.778,66	592.597,34
Total do Passivo			
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo			
		4.868.540,18	4.886.446,51

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Fafe, 18 de março de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO,

A DIREÇÃO,

[Handwritten signatures and stamps]

Josefeca...

Angus...

...

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE FORNELOS

Demonstração dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2024

Unidade monetária: euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	18	1.798.079,15	1.685.580,72
Subsídios, doações e legados à exploração	19	1.705.470,89	1.207.765,74
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	- 154.973,67	- 136.740,16
Fornecimentos e serviços externos	20	- 558.838,17	- 522.723,65
Gastos com o pessoal	21	- 2.532.461,44	- 2.281.046,87
Provisões (aumentos/reduções)	13	-	7.312,40
Aumentos/reduções de justo valor	5 10	-	- 4,89
Outros rendimentos	22	22.779,64	45.791,65
Outros gastos	23	- 18.322,06	- 13.905,20
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		261.734,34	- 7.970,26
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	- 163.347,02	- 165.409,63
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		98.387,32	- 173.379,89
Juros e gastos similares suportados	24	- 44.163,68	- 41.835,32
Resultado antes de impostos		54.223,64	- 215.215,21
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		54.223,64	- 215.215,21

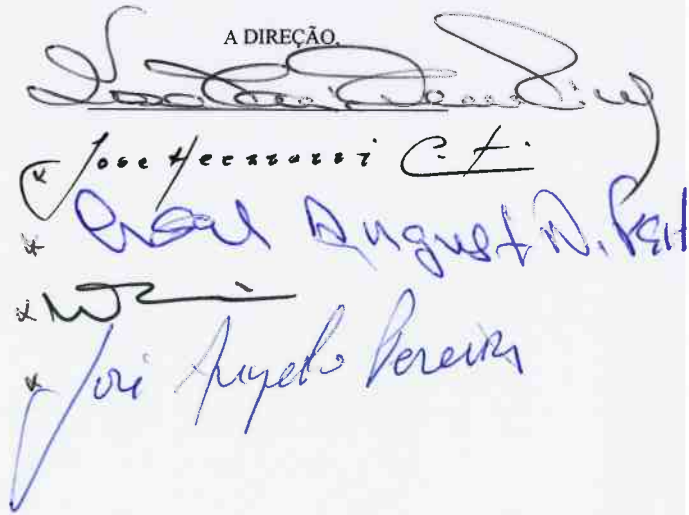
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Fafe, 18 de março de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO,



A DIREÇÃO,



João Henrique C.F.
José Augusto N. F. A.
José Augusto Pereira

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE FORNELOS

Demonstração dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de dezembro de 2024

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	ERPI	ESCOLA	PERÍODOS	
							2024	2023
		18	47.763,25 €	248.048,60 €	419.627,65 €	1.082.639,65 €	1.798.079,15	1.685.580,72
		19	868.885,56 €	441.029,53 €	383.955,78 €	11.600,01 €	1.705.470,89	1.207.765,74
		6	31.557,54 €	35.175,61 €	8.241,14 €	79.999,38 €	- 154.973,67	- 136.740,16
		20	103.160,03 €	111.910,78 €	121.409,91 €	222.357,47 €	- 558.838,17	- 522.723,65
		21	505.841,76 €	472.538,02 €	379.885,42 €	1.174.196,25 €	- 2.532.461,44	- 2.281.046,87
		13	- €	- €	- €	- €	-	7.312,40
		5 10	- €	- €	- €	- €	-	- 4,89
		22	5.643,20 €	5.643,20 €	5.850,05 €	5.643,20 €	22.779,64	43.791,65
		23	4.064,59 €	4.082,25 €	5.159,26 €	5.015,95 €	- 18.322,06	- 13.905,20
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			277.668,09 €	71.014,68 €	294.737,75 €	381.686,18 €	261.734,34	- 7.970,26
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		4	40.836,76 €	40.836,76 €	40.836,76 €	40.836,76 €	- 163.347,02	- 165.409,63
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			236.831,34 €	30.177,92 €	253.901,00 €	422.522,94 €	98.387,32	- 173.379,89
Resultado antes de impostos		24	11.040,92 €	11.040,92 €	11.040,92 €	11.040,92 €	- 44.163,68	- 41.835,32
Juros e gastos similares suportados			225.790,42 €	19.137,00 €	242.860,08 €	433.563,86 €	54.223,64	- 215.215,21
Imposto sobre o rendimento do período			- €	- €	- €	- €	-	-
Resultado líquido do período			225.790,42 €	19.137,00 €	242.860,08 €	433.563,86 €	54.223,64	- 215.215,21

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Fafe, 18 de março de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO,



A DIREÇÃO,


 Ca/0664/cezezeze
 Oscar Augusto N. Reguiter
 x
 x/por Angela Pereira

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE FORNELOS

Demonstração dos resultados por resposta social

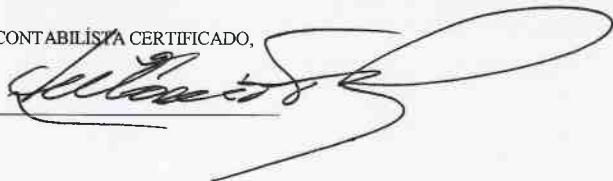
Período findo em 31 de dezembro de 2024

Unidade monetária: euro

CONTA	GASTOS E RENDIMENTOS	TOTAL	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	ERPI	ESCOLA
6	GASTOS	3.472.106,04	696.501,59	675.584,33	566.573,40	1.533.446,72
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	154.973,67	31.557,54	35.175,61	8.241,14	79.999,38
612	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	154.973,67	31.557,54	35.175,61	8.241,14	79.999,38
62	Fornecimentos e serviços externos	558.838,17	103.160,03	111.910,78	121.409,91	222.357,47
622	Serviços especializados	271.582,29	50.674,99	59.345,18	49.773,57	111.788,56
6221	Trabalhos especializados	45.253,58	10.962,10	11.109,48	12.481,68	10.700,33
6222	Publicidade e propaganda	7.273,40	1.818,35	1.818,35	1.818,35	1.818,35
6223	Vigilância e segurança	8.644,13	2.161,03	2.161,03	2.161,03	2.161,03
6224	Honorários	112.489,99	12.459,06	28.114,26	16.350,68	55.565,99
6226	Conservação e reparação	94.955,49	22.533,02	15.400,63	16.220,40	40.801,43
62262	Em edifícios e outras construções	77.968,12	16.993,25	11.969,20	12.386,34	36.619,33
62263	Em equipamento básico	2.782,09	2.077,67	60,89	61,50	582,03
62264	Em equipamento de transporte	11.435,11	2.858,78	2.858,78	2.858,78	2.858,78
62267	Em outros equipamentos	1.785,17	357,08	265,52	667,54	495,05
6228	Outros	2.965,70	741,43	741,43	741,43	741,43
62281	Serviços Bancários	2.965,70	741,43	741,43	741,43	741,43
623	Materiais	55.651,27	10.775,58	11.300,05	15.840,73	17.734,91
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3.180,07	525,75	538,62	1.415,27	700,44
6232	Livros e documentação técnica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6233	Material de escritório	1.443,97	332,52	332,52	455,42	323,53
6234	Artigos para oferta	54,00	0,00	0,00	54,00	0,00
6238	Outros	50.973,23	9.917,32	10.428,92	13.916,05	16.710,95
62381	Jornais e revistas	200,00	50,00	50,00	50,00	50,00
62383	Material de Limpeza	19.962,95	3.202,49	3.380,44	6.505,68	6.874,34
62384	Pneus e camaras de ar	1.109,51	277,38	277,38	277,38	277,38
62385	Medicamentos e outros utensil. p/ saúde	1.691,28	10,00	26,17	1.645,11	10,00
62387	Material de Decoração	3.453,46	1.905,91	582,20	454,70	510,64
62388	Ração p/ Animais	610,92	5,68	8,62	596,62	0,00
62389	Material Diverso p/ Atividades	23.945,11	4.465,86	6.104,11	4.386,56	8.988,59
624	Energia e fluidos	108.010,87	26.122,18	16.292,03	39.653,55	25.943,13
6241	Electricidade	52.041,69	10.157,66	10.744,32	10.744,30	20.395,42
6242	Combustíveis	55.916,51	15.951,35	5.534,54	28.896,08	5.534,54
6243	Água	52,67	13,17	13,17	13,17	13,17
625	Deslocações, estadas e transportes	22.979,77	659,25	6.369,63	659,25	15.291,64
626	Serviços diversos	100.613,97	14.928,03	18.603,89	15.482,81	51.599,23
6261	Rendas e alugueres	3.516,96	879,24	879,24	879,24	879,24
6262	Comunicação	6.376,03	1.594,01	1.594,01	1.594,01	1.594,01
6263	Seguros	22.356,90	5.589,23	5.589,23	5.589,23	5.589,23
6265	Contencioso e notariado	112,00	28,00	28,00	28,00	28,00
6266	Despesas de representação	5.569,65	1.384,91	1.384,91	1.384,91	1.414,91
6267	Limpeza, higiene e conforto	14.847,06	839,48	839,48	839,48	12.328,64
6268	Outros serviços	47.835,37	4.613,17	8.289,03	5.167,95	29.765,21
63	Gastos com o pessoal	2.532.461,44	505.841,76	472.538,02	379.885,42	1.174.196,25
632	Remunerações do pessoal	2.074.124,85	413.416,79	386.326,17	309.148,93	965.232,95
634	Indemnizações	165,82	0,00	0,00	165,82	0,00
635	Encargos sobre remunerações	434.066,49	86.491,65	80.278,53	64.446,35	202.849,98
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	17.201,18	4.300,30	4.300,30	4.300,30	4.300,30
637	Gastos de ação social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
638	Outros gastos com pessoal	6.903,10	1.633,03	1.633,03	1.824,03	1.813,03
64	Gastos de depreciação e de amortização	163.347,02	40.836,76	40.836,76	40.836,76	40.836,76
642	Ativos fixos tangíveis	163.347,02	40.836,76	40.836,76	40.836,76	40.836,76
65	Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Provisões do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	18.322,06	4.064,59	4.082,25	5.159,26	5.015,95
681	Impostos	2.709,14	683,08	657,34	657,35	711,36
682	Descontos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
683	Dívidas incobráveis	1.692,00	0,00	90,00	1.102,00	500,00
686	Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
687	Gastos e perdas nos restantes investimentos não financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
688	Outros	13.920,92	3.381,51	3.334,91	3.399,91	3.804,59
6881	Correções relativas a períodos anteriores	4.362,70	1.083,26	1.083,26	1.093,26	1.102,94
6882	Donativos	1.500,00	375,00	375,00	375,00	375,00
6883	Quotizações	749,00	187,25	187,25	187,25	187,25
6888	Outros não especificados	7.309,22	1.736,01	1.689,41	1.744,41	2.139,41
69	Gastos e perdas de financiamento	44.163,68	11.040,92	11.040,92	11.040,92	11.040,92
691	Juros suportados	43.386,18	10.846,55	10.846,55	10.846,55	10.846,55
6911	Juros de financiamentos obtidos	41.260,65	10.315,16	10.315,16	10.315,16	10.315,16
6915	Juros de mora e compensatórios	420,93	105,23	105,23	105,23	105,23
6917	Juros de contr. de loc. financeiras	1.704,60	426,15	426,15	426,15	426,15
6918	Outros juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
698	Outros gastos e perdas de financiamento	777,50	194,38	194,38	194,38	194,38
6981	Relativos a financiamentos obtidos	777,50	194,38	194,38	194,38	194,38
7	RENDIMENTOS	3.526.329,68	922.292,01	694.721,33	809.433,48	1.099.882,86
71	Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Prestações de serviços	1.798.079,15	47.763,25	248.048,60	419.627,65	1.082.639,65
721	Quotas dos utilizadores - Matrículas e Mensalidades de Utentes	1.797.297,82	47.683,75	247.969,10	419.084,82	1.082.560,15
722	Quotizações e joias	318,00	79,50	79,50	79,50	79,50

724	Rendimentos de patrocinadores e colaborações	463,33	0,00	0,00	463,33	0,00
73	Variações nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Subsídios, doações e legados à exploração	1.705.470,89	868.885,56	441.029,53	383.955,78	11.600,01
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.702.042,14	868.334,56	440.478,53	382.180,03	11.049,01
753	Doações e heranças (Donativos)	3.428,75	551,00	551,00	1.775,75	551,00
76	Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
772	Em investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	22.779,64	5.643,20	5.643,20	5.850,05	5.643,20
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,24	0,06	0,06	0,06	0,06
786	Rendimentos e ganhos nos restantes ativos finance	4,67	1,17	1,17	1,17	1,17
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financei	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
788	Outros	22.774,73	5.641,97	5.641,97	5.848,82	5.641,97
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	RESULTADOS	54.223,64	225.790,42	19.137,00	242.860,08	-433.563,86
818	Resultado líquido	54.223,64	225.790,42	19.137,00	242.860,08	-433.563,86

O CONTABILISTA CERTIFICADO,



A DIREÇÃO,



Jose Yecuarani C.A.
 Cesar Augusto W. G. A.
 Jose Angel Perera

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE FORNELOS

Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2023

Descrição	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuído nos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
1	1	14.135,19	-	-	3.245.154,64	-	671.272,11	- 59.100,32	3.871.461,62	3.871.461,62
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		-		-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contábilísticas		-		-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-		-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização		-		-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização		-		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-		-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-		-	-	-	-	-	-	-
2	2	-		-	- 59.100,32	-	- 22.365,38	59.100,32	- 22.365,38	- 22.365,38
3	3	-		-	- 59.100,32	-	- 22.365,38	59.100,32	- 22.365,38	- 22.365,38
4 = 2 + 3	4	-		-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										
RESULTADO INTEGRAL										
5	5	-		-	-	-	-	- 215.215,21	- 215.215,21	- 215.215,21
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos		-		-	-	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legados		-		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-		-	-	-	-	-	-	-
6 = 1+2+3+5	12	14.135,19	-	-	3.186.054,32	-	648.906,73	- 215.215,21	3.633.881,03	3.633.881,03

Faife, 18 de março de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO

[Assinatura]

A DIREÇÃO

[Assinatura]

João Henrique C. F. Costa

João Augusto Pereira

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE FORNELOS
Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2024

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuído aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
6	12	14.135,19	-	-	3.186.054,32	-	648.906,73	-215.215,21	3.633.881,03	3.633.881,03
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	-	-	-215.215,21	-	-22.365,38	215.215,21	-22.365,38	-22.365,38
7					-215.215,21		-22.365,38	215.215,21	-22.365,38	-22.365,38
8					-215.215,21		-22.365,38	215.215,21	-22.365,38	-22.365,38
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								54.223,64	54.223,64	54.223,64
9-7+8								269.438,85	31.858,26	31.858,26
RESULTADO INTEGRAL										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legados		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
10										
11-7+8+10	12	14.135,19	-	-	2.970.839,11	-	626.541,35	54.223,64	3.665.739,29	3.665.739,29
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2024										

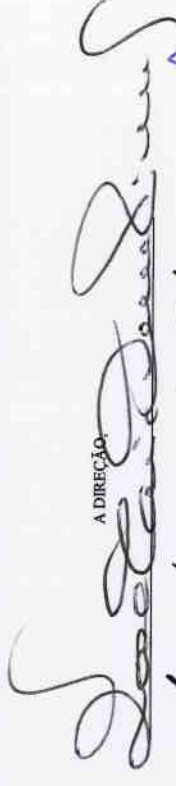
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Faife, 18 de março de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO,



A DIREÇÃO,



João Henrique C.T.

João Augusto D. Faria

Wesley Augusto Pereira

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE FORNELOS

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa
Período findo em 31 de dezembro de 2024

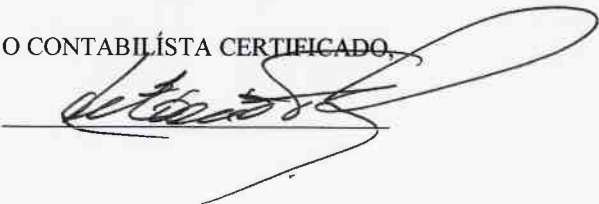
(Valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		1.790.706,82	1.683.629,67
Pagamentos a fornecedores		- 683.390,65	- 663.947,14
Pagamentos ao pessoal		- 2.504.754,43	- 2.282.119,40
Caixa gerada pelas operações		- 1.397.438,26	- 1.262.436,87
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		1.668.895,68	1.219.450,67
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		271.457,42	- 42.986,20
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 41.408,52	- 14.514,42
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	6.000,00
Investimentos financeiros		4,67	585,59
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		- 41.403,85	- 7.928,83
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 115.726,48	- 115.332,15
Juros e gastos similares		- 45.253,94	- 38.704,31
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		- 160.980,42	- 154.036,46
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		69.073,15	- 204.951,49
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		83.156,74	288.108,23
Caixa e seus equivalentes no fim do período		152.229,89	83.156,74

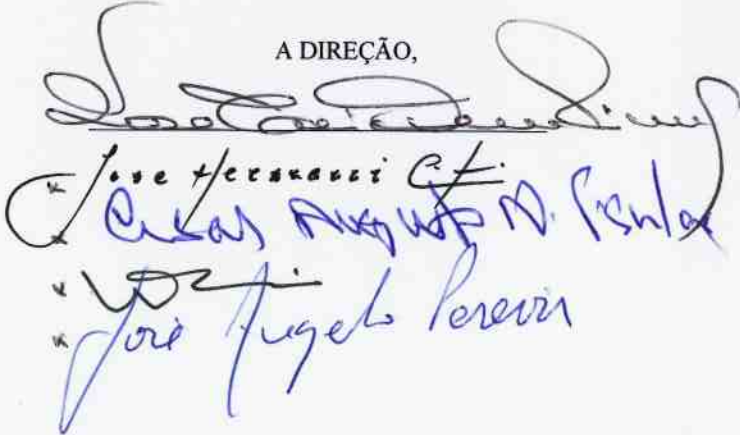
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Fafe, 18 de março de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO,



A DIREÇÃO,



2024

Associação Cultural e Recreativa de Fornelos

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature and the word "WZ" at the bottom.

Anexo

Anexo
Período findo em 31 de dezembro de 2024

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **Associação Cultural e Recreativa de Fornelos**, foi constituída em 16 de Janeiro de 1990, tem a sua sede social na Rua da Quintã, da freguesia de Fornelos, do concelho de Fafe, com o NIPC 502 643 102. Natureza da atividade: Associações Culturais e Recreativas.

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da associação, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Em 2024, as demonstrações financeiras da **Associação Cultural e Recreativa de Fornelos**, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da associação e de acordo com a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março e republicada pelo aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho, nos termos do regime contabilístico para as entidades do setor não lucrativo que foi aprovado pelo decreto-lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, republicado pelo decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. No anexo II do referido diploma, refere que o sistema de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo é composto por:

- Bases para apresentação das demonstrações financeiras (BADF);
- Modelos de demonstrações financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho;
- Normas interpretativas (NI).

2.2. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPECTIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTAS DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ATIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA ENTIDADE.

Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL que tenham efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da associação.

2.3. INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados à data de 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

2.4. REGIME DO ACRÉSCIMO

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

2.5. CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.6. PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

2.7. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade, a partir dos livros e registos contabilísticos da instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros e foram preparadas de acordo com os registos contabilístico da instituição, os critérios e pressupostos contemplados nas normas contabilísticas e de relato financeiro, usando o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente ao longo do período económico.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição ou de produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ou pelo valor patrimonial tributário.

As despesas subsequentes que a entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registados como gastos no período em que são incorridos desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada pela Direção, conforme quadro abaixo:

Ativo	Vida Útil
Edifícios e outras construções	20 - 50 anos
Equipamento básico	3 - 14 anos
Equipamento de transporte	4 - 7 anos
Equipamento administrativo	3 - 8 anos
Outros activos fixos tangíveis	8 - 20 anos

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. CONTAS A RECEBER

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe sejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos em conta corrente, de mensalidades de utentes e das quotas dos associados, na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

3.4. RENDIMENTOS E GASTOS

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto do acréscimo.

O rendimento compreende os montantes das prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros recebidos de aplicações efetuadas.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da periodização económica.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa, englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data do balanço, onde se incluem as disponibilidades em instituições de crédito nessas condições.

Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “financiamentos obtidos”, expressos no passivo corrente.

Locações financeiras

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.5. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO (ENVOLVENDO RISCO SIGNIFICATIVO DE PROVOCAR AJUSTAMENTO MATERIAL NAS QUANTIAS ESCRITURADAS DE ATIVOS E PASSIVOS DURANTE O ANO FINANCEIRO SEGUINTE)

3.5.1. RISCOS DE MERCADO

(i) Risco de Taxa de Juro

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro do Euro. A Associação recorre a financiamentos externos no decurso da sua atividade, estando exposta ao risco de taxa de juro já que grande parte da dívida financeira da Associação está indexada a taxas de juro de mercado.

(ii) Risco de Taxa de Câmbio

O risco cambial é consequência de ativos, passivos e transações comerciais futuras. A entidade não apresenta exposição ao risco de taxa de cambio uma vez que não efetua transações em moeda estrangeira.

3.5.2. RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito, na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus utentes e clientes, relacionados com a atividade operacional.

A gestão de risco da entidade está estruturada nas necessidades próprias dos negócios da entidade tendo em constante consideração:

- As particularidades do perfil de utentes e clientes associados a cada um dos negócios/valências;

- A determinação criteriosa de limites de crédito adequados, por um lado, ao perfil de utente e cliente e, por outro lado, à natureza do negócio, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco;
- Uma regular monitorização das contas de utentes e cliente;
- O estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;
- O recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

3.5.3. RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- (i) Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento;
- (ii) Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.6. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.7. ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alterações nas políticas contabilísticas.

3.8. ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

Não se registaram quaisquer efeitos resultantes de alterações nas estimativas.

3.9. INVENTÁRIOS

As matérias-primas foram valorizadas ao custo de aquisição, acrescida do valor do IVA contido nas faturas de aquisição.

3.10. FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Associação classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e contratos de locação financeira.

3.11. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a associação tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.12. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

3.13. PROVISÕES

A entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.14. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas, subsídio de turno e trabalho noturno, diuturnidades e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.15. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.16. RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Associação reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a esta obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

3.17. SUBSÍDIOS

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Associação cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço (capital próprio) na rubrica “Subsídios” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.18. JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, a Direção da Associação utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros



considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultados de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- 
- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
 - Registo de provisões e perdas por imparidade;
 - Estimativa das férias e subsídio de férias a pagar no ano seguinte;
 - Outras estimativas de menor relevância.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.19. COMENTÁRIOS DA DIREÇÃO SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO

A Associação não tem valores cativos em nenhum depósito a prazo ou à ordem ou em equivalentes.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos Fixos Tangíveis, bem como nas respectivas depreciações, foi o seguinte:

2024							
Activos Fixos Tangíveis	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Alienações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2024 (1)	Quantia Líquida escriturada (3 = 1 - 2)
Terrenos e recursos naturais	559.855,74	-	-	-	-	559.855,74	559.855,74
Edifícios e outras construções	6.107.341,21	-	-	-	-	6.107.341,21	3.960.193,39
Equipamento básico	501.615,08	3.881,43	-	-	-	505.496,51	10.512,30
Equipamento de transporte	476.205,22	-	-	-	-	476.205,22	13.809,95
Equipamento administrativo	348.756,22	1.550,00	-	-	-	350.306,22	3.151,17
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	101.329,20	35.977,09	-	-	-	137.306,29	50.346,54
Investimentos em curso	-	35.977,09	-	-	- 35.977,09	-	-
	8.095.102,67	77.385,61	-	-	- 35.977,09	8.136.511,19	4.597.869,09

Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2024	Depreciações do Período	Anulação/ Reversão	Saldo em 31-Dez-2024 (2)
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2.020.225,46	126.922,36	-	2.147.147,82
Equipamento básico	489.516,66	5.467,55	-	494.984,21
Equipamento de transporte	438.942,02	23.453,25	-	462.395,27
Equipamento administrativo	344.753,07	2.401,98	-	347.155,05
Equipamento biológico	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	81.857,87	5.101,88	-	86.959,75
Investimentos em curso	-	-	-	-
	3.375.295,08	163.347,02	-	3.538.642,10

2023							
Activos Fixos Tangíveis	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Alienações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2023 (1)	Quantia Líquida escriturada (3 = 1 - 2)
Terrenos e recursos naturais	559.855,74	-	-	-	-	559.855,74	559.855,74
Edifícios e outras construções	6.107.341,21	-	-	-	-	6.107.341,21	4.087.115,75
Equipamento básico	492.844,38	8.770,70	-	-	-	501.615,08	12.098,42
Equipamento de transporte	585.637,09	-	109.431,87	-	-	476.205,22	37.263,20
Equipamento administrativo	348.756,22	-	-	-	-	348.756,22	4.003,15
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	95.585,48	5.743,72	-	-	-	101.329,20	19.471,33
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-	-
	8.190.020,12	14.514,42	109.431,87	-	-	8.095.102,67	4.719.807,59

Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2023	Depreciações do Período	Anulação/ Reversão	Saldo em 31-Dez-2023 (2)
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.893.303,08	126.922,38	-	2.020.225,46
Equipamento básico	481.100,30	8.416,36	-	489.516,66
Equipamento de transporte	524.920,64	23.453,25	109.431,87	438.942,02
Equipamento administrativo	342.148,15	2.604,92	-	344.753,07
Equipamento biológico	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	77.845,15	4.012,72	-	81.857,87
Investimentos em curso	-	-	-	-
	3.319.317,32	165.409,63	109.431,87	3.375.295,08

Foi constituída uma hipoteca a favor do Banco BPI, relativa a três prédios urbanos inscritos nas matrizes 892, 1109 e 1106, e descritos na Conservatória do Registo Predial de Braga, respetivamente sob os números 277, 898 e 487. O valor da garantia constante na centralização de responsabilidades do Banco de Portugal ascende a 1.608.000,00€ e destina-se a assegurar o

pagamento do valor em dívida do financiamento garantido, que ascende à data de 31/12/2024 a 629.565,49 euros, conforme referido na nota 25 – Responsabilidades.

5. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A rubrica de “Investimentos Financeiros” é composta pelos ativos assim discriminados:

Descrição	2024		2023	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outros Instrumentos Financeiros				
Investimentos Financeiros				
Participações de capital				
Outros				
Fundos de Compensação	24.128,67	-	24.128,67	-
Fundo Caixa Gest Liquidez	-	-	-	-
	24.128,67	-	24.128,67	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	24.128,67	-	24.128,67	-

Os movimentos ocorridos em “Outros Investimentos Financeiros” foram os seguintes:

Variações de Justo Valor	Saldo em 01-Jan-2024	Aumentos	Diminuições	Varição do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2024
Outros Instrumentos Financeiros					
(1)	-	-	-	-	-
Investimentos Financeiros					
Fundos de Compensação	24.128,67	-	-	-	24.128,67
(2)	24.128,67	-	-	-	24.128,67
Total= (1) + (2)	24.128,67	-	-	-	24.128,67

Variações de Justo Valor	Saldo em 01-Jan-2023	Aumentos	Diminuições	Varição do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2023
Outros Instrumentos Financeiros					
(1)	-	-	-	-	-
Investimentos Financeiros					
Fundos de Compensação	24.714,13	2.153,63	2.734,20	- 4,89	24.128,67
(2)	24.714,13	2.153,63	2.734,20	- 4,89	24.128,67
Total= (1) + (2)	24.714,13	2.153,63	2.734,20	- 4,89	24.128,67

A variação de justo valor ocorrida em “Investimentos Financeiros” encontra-se registada na demonstração de resultados na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”.

6. INVENTÁRIOS E CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

À data de 31 de Dezembro, os Inventários apresentavam os seguintes valores:

Inventários Finais	2024	2023
Matérias-primas	1.396,10	1.541,58
Total ...	1.396,10	1.541,58

O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas do exercício foi determinado como se segue:

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período			2024			2023		
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários iniciais	+	-	1.541,58	1.541,58	-	1.210,65	1.210,65
	Compras	+	-	155.143,19	155.143,19	-	168.902,83	168.902,83
	Reclassificações	+/-	-	- 315,00	- 315,00	-	- 31.831,74	- 31.831,74
	Perdas em sinistros	-	-	-	-	-	-	-
	Perdas por quebras	-	-	-	-	-	-	-
	Outras perdas	-	-	-	-	-	-	-
	Ofertas e amostras	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos em sinistros	+	-	-	-	-	-	-
	Ganhos por sobras	+	-	-	-	-	-	-
	Outros ganhos	+	-	-	-	-	-	-
	Inventários finais	-	-	1.396,10	1.396,10	-	1.541,58	1.541,58
	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	=	-	154.973,67	154.973,67	-	136.740,16	136.740,16

7. CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro a rubrica “Créditos a Receber” tem a seguinte composição:

Rubricas	2024		2023	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Cientes e utentes				
Cientes e utentes conta corrente	-	9.999,83	-	3.784,50
Cientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Cientes factoring	-	-	-	-
Cientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	-	9.999,83	-	3.784,50
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	9.999,83	-	3.784,50

Os saldos desta rubrica têm os seguintes prazos de mora:

	0-30 dias	31-60 dias	> 60 Dias	Total
Cientes e utentes conta corrente	8.262,38	1.272,95	464,50	9.999,83
Cientes outros	-	-	-	-
	8.262,38	1.272,95	464,50	9.999,83

Os adiantamentos têm a seguinte composição:

Adiantamentos de Clientes	2024	2023
Cientes e utentes mercado nacional	535,00	-
Cientes mercado intracomunitário	-	-
Cientes mercado externo	-	-
	535,00	-

Os adiantamentos dizem respeito a utentes que transferiram a mensalidade de janeiro de 2025 no final do mês de dezembro de 2024, não se tendo verificado situações idênticas na passagem de ano de 2023 para 2024. Não ocorreram, até à data da elaboração das demonstrações financeiras, condições que possam alterar o reconhecimento de imparidades.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica "Estado e outros entes públicos" tem a seguinte composição:

Rubricas	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
241 - Imposto sobre o rendimento	-	-	-	-
242 - Retenções IR	-	18.284,59	-	19.174,74
243 - Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	4.239,04	-	2.377,95	-
244 - Outros impostos	-	-	-	-
245 - Contribuições Segurança Social	-	78.579,57	-	66.907,09
248 - Outras Contribuições	-	-	-	-
Total	4.239,04	96.864,16	2.377,95	86.081,83

9. DIFERIMENTOS

Os movimentos ocorridos na rubrica "Diferimentos" têm a seguinte composição:

Descrição	2024	2023
Diferimentos (Ativo)		
Gastos a reconhecer		
Materiais	-	-
Serviços Especializados	1.701,47	2.133,63
Deslocações, estadas e transportes	-	6.400,00
Rendas e alugueres	662,08	662,08
Seguros	10.274,20	10.089,03
Gastos c/Pessoal - Seg. AT	-	146,80
Total	12.637,75	19.431,54
Diferimentos (Passivos)		
Rendimentos a reconhecer - IEPF	12.498,22	15.463,47
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
Total	12.498,22	15.463,47

10. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro a rubrica "Outros Ativos Correntes" tem a seguinte composição:

Descrição	2024		2023	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
14 - Outros Instrumentos Financeiros				
Aplicações de Tesouraria	-	128,03	-	123,36
23 - Pessoal				
Outras operações	-	-	-	-
271 - Fornecedores de Investimentos				
2713 - Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-
2721 - Devedores por acréscimos de rendimentos				
Outros Acréscimos de rendimentos	-	45.074,08	-	15.985,59
278 - Outros devedores				
2781 - Devedores Diversos	-	20.793,23	-	16.011,63
Outros				
221 - Fornecedores (devedores)	-	44,47	-	97,36
228 - Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-
	-	66.039,81	-	32.217,94
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	66.039,81	-	32.217,94

As variações de justo valor ocorridas no ano foram as seguintes:

Variações de Justo Valor	Saldo em 01-Jan-2024	Aumentos	Diminuições	Varição do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2024
Outros Instrumentos Financeiros					
Fundo Caixa Gest Liquidez	123,36	-	-	4,67	128,03
	123,36	-	-	4,67	128,03

11. FLUXOS DE CAIXA

11.1. DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui-se aqui o numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo.

Meios Financeiros líquidos referidos no Balanço	2024			2023		
	Disponíveis para uso	Indisponíveis	Total	Disponíveis para uso	Indisponíveis	Total
Caixa						
Numerário	-	-	-	-	-	-
Subtotal...	-	-	-	-	-	-
Depósitos bancários						
Depósitos à ordem	152.229,89	-	152.229,89	83.156,74	-	83.156,74
Outros depósitos	-	-	-	-	-	-
Subtotal...	152.229,89	-	152.229,89	83.156,74	-	83.156,74
Outros equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-
Títulos negociáveis	-	-	-	-	-	-
Subtotal...	-	-	-	-	-	-
Total ...	152.229,89	-	152.229,89	83.156,74	-	83.156,74

O Caixa e os Depósitos à Ordem tiveram os seguintes movimentos acumulados ao longo do ano:

	Saldo inicial 2024	Débitos acumulados	Créditos acumulados	Saldo final 2024
Caixa	0,00	40.376,59	40.376,59	0,00
Depósitos à ordem	83.156,74	3.993.927,56	3.924.854,41	152.229,89
	83.156,74	4.034.304,15	3.965.231,00	152.229,89

12. FUNDOS PATRIMONIAIS

Os movimentos ocorridos nos fundos patrimoniais no corrente ano foram os seguintes:

Conta	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
51 - Fundos	14.135,19	-	-	14.135,19
52 - Ações (quotas) próprias	-	-	-	-
521 - Valor nominal	-	-	-	-
522 - Descontos e prêmios	-	-	-	-
53 - Outros instrumentos de capital próprio	-	-	-	-
54 - Prêmios de emissão	-	-	-	-
55 - Reservas	-	-	-	-
551 - Reservas legais	-	-	-	-
552 - Outras reservas	-	-	-	-
56 - Resultados transitados	3.186.054,32	215.215,21	-	2.970.839,11
57 - Ajustamentos em ativos financeiros	-	-	-	-
5711 - Ajustamento de transição	-	-	-	-
5712 - Lucros não atribuídos	-	-	-	-
5713 - Outras variações nos capitais próprios	-	-	-	-
58 - Excedentes de revalorização de AFT e AI	-	-	-	-
59 - Outras variações nos fundos patrimoniais	648.906,73	22.365,38	-	626.541,35
591 - Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-
592 - Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-
593 - Subsídios	648.906,73	22.365,38	-	626.541,35
594 - Doações	-	-	-	-
595 - Outras	-	-	-	-
818 - Resultados líquidos	- 215.215,21	-	269.438,85	54.223,64
Total do Capital Próprio	3.633.881,03			3.665.739,29

Por decisão da Assembleia Geral, realizada a 10 de abril de 2024, foram aprovadas as contas do período findo em 31 de dezembro 2023, tendo sido decidido que o resultado líquido negativo de 212.215,21€ referente a esse período, fosse imputado a resultados transitados.

A variação relativa à conta “593 – Subsídios” diz respeito à reposição da proporção anual desses mesmos subsídios no valor 22.365,38€, a imputar à conta “7883 - Imputação de subsídios para investimentos”.

13. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

Os movimentos ocorridos nas provisões foram os seguintes:

	2024	2023
Saldo a 1 de Janeiro	8.750,00	30.679,40
Reforço no período (i)	-	-
Reduções no período (ii)	-	7.312,40
Utilizações (iii)	8.750,00	14.617,00
Saldo a 31 de Dezembro	-	8.750,00

Descrição	2024			2023		
	Perdas	Reversões	Total	Perdas	Reversões	Total
Processos judiciais em curso	-	-	-	-	7.312,40	7.312,40

O saldo da rubrica de provisões em 31/12/2023 dizia respeito a dois processos judiciais em curso, cujas provisões já foram anteriormente constituídas, tendo já sido proferido as sentenças, e que estão a ser pagas em prestações, sendo a ACR Fornelos Ré em ambas, e Autoras Emília Cristina Pardo Nogueira (Ação de Processo Comum -Proc. nº 2151/20.6T8GMR- Tribunal Judicial da Comarca de Braga – Juízo do Trabalho de Guimarães -Juiz 1) e Lúcia Rafaela da Cunha Moreira (Ação de Processo Comum – Proc. nº 3672/22.4T8GMR – Tribunal Judicial da Comarca de Braga – Juiz 2), com montantes liquidados durante o ano de 2024 respetivamente de 7.250,00€ e 1.500,00€. Desta forma, o saldo no final de 2024 é nulo, uma vez que foi totalmente pago em 2024.

14. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

Os financiamentos obtidos dividiam-se, na data do balanço, nos seguintes valores:

	2024		2023	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	522.623,24	156.942,25	630.274,20	147.508,54
Contas bancárias livranças	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Locações financeiras	2.398,99	18.544,91	20.943,94	17.509,19
Descontos de Remessas s/ estrangeiro	-	-	-	-
Participantes de Capital	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
	525.022,23	175.487,16	651.218,14	165.017,73

A Associação não apresenta situações de incumprimentos dos termos contratuais dos empréstimos obtidos.

À data de balanço, o detalhe de maturidade dos financiamentos obtidos é como se segue:

Prazos de reembolso	Locações financeiras	Empréstimos obtidos	Outros	Total
2024				
Menos de 1 ano	18.544,91	156.942,25	-	175.487,16
Entre 1 e cinco anos	2.398,99	478.743,95	-	481.142,94
Mais de cinco anos	-	43.879,29	-	43.879,29
Total	20.943,90	679.565,49	-	700.509,39

15. LOCAÇÕES

A entidade detém um equipamento de transporte adquiridos em regime de locação financeira, sendo à data de balanço a quantia escriturada por rubricas conforme se descreve:

Bens adquiridos com recurso a locação financeira	2024		
	Custo de aquisição	Deprec. acumuladas	Valor líquido contabilístico
Equipamento de Transporte			
Banco BPI			
Contrato 2018023795 MAT: 89 - UX - 99	120.422,74	111.821,12	8.601,62
	160.272,74	151.671,12	8.601,62

O valor das rendas vincendas, de acordo com a sua data de vencimento é a seguinte:

Descrição	Data Inicio	Ano de 2025		De 1 a 5 Anos		Mais de 5 Anos	Total
		Capital	Juros	Capital	Juros		
Banco BPI							
Contrato 2018023795 MAT: 89 - UX - 99	12/06/2018	18.544,91	494,31	2.398,99	7,66	-	20.943,90
		18.544,91	494,31	2.398,99	7,66	-	20.943,90

O bem suprarreferido encontra-se com reserva de propriedade.

16. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

A rubrica "Outros Passivos Correntes" tem a seguinte composição:

Rubricas	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
23 - Pessoal				
231 - Remunerações	-	-	-	-
233 - Gratificações de resultados	-	-	-	-
237 - Cauções	-	-	-	-
238 - Outras operações	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-
26 - Acionistas/sócios				
Lucros disponíveis	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-
271- Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
272 - Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a pagar ao pessoal	-	340.805,68	-	304.348,67
Juros a liquidar	-	-	-	-
Outros acréscimos de gastos	-	10.665,19	-	10.984,97
273 - Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
274 - Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-
275 - Credores por subscrições não liberadas	-	-	-	-
278 - Outros credores	-	-	-	-
Outros				
21 - Clientes e utentes				
211 - Clientes e utentes (credores)	-	-	-	-
218 - Adiantamentos de clientes e utentes	-	535,00	-	-
Total	-	352.005,87	-	315.333,64

17. FORNECEDORES

A rubrica "Fornecedores" tem a seguinte composição:

Rubricas	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
221 - Fornecedores - conta corrente	-	40.923,25	-	10.700,67
222 - Fornecedores - títulos a pagar	-	-	-	-
223 - Fornecedores - cheques pré-datados	-	-	-	-
Total	-	40.923,25	-	10.700,67
229 - Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores (valor líquido)	-	40.923,25	-	10.700,67

A antiguidade dos saldos de fornecedores a 31 de dezembro de 2024, era a seguinte:

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Fornecedores conta corrente	39.963,36	497,29	0,00	462,60	40.923,25
Fornecedores outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	39.963,36	497,29	0,00	462,60	40.923,25

18. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O Rédito referente a vendas e serviços prestados reconhecido é detalhado conforme se segue:

Descri�o	2024			2023		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	-	-	-	-	-	-
Vendas Produtos Acabados	-	-	-	-	-	-
Prest�o de serviços	1.798.079,15	-	1.798.079,15	1.685.580,72	-	1.685.580,72
	1.798.079,15	-	1.798.079,15	1.685.580,72	-	1.685.580,72

19. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS   EXPLORAÇÃO

Os “Subsídios, Doações e Legados   Exploração” atribuídos e imputados ao período são detalhados conforme indicado:

Descri�o	2024		2023	
	Valor atribuído	Valor imputado ao período	Valor atribuído	Valor imputado ao período
1 - Subsídios relacionados com ativos /ao Investimento				
(1.1+1.2+1.3)	-	-	-	-
1.1 - Ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Equipamentos biológicos	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-
1.2 - Ativos Intangíveis				
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-
Programas de computador	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-
1.3 - Outros ativos	-	-	-	-
2 - Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.673.944,29	1.702.042,14	1.210.530,27	1.206.944,30
Instituto da Segurança Social (Ac. de Coop. - Comparticip.)	1.499.783,81	1.530.666,18	1.186.658,33	1.196.009,12
Instituto da Segurança Social - Adaptar Social + (Reversão)	-	-	-	-
Suspensão Temporária do Contrato de Trabalho (Lay Off)	-	-	-	-
IEFP (Programas POPH, CEI, CEI +, Estímulo)	23.940,48	21.155,96	20.651,94	7.715,18
Outros	150.220,00	150.220,00	3.220,00	3.220,00
3 - Doações e heranças	-	3.428,75	-	821,44
4 - Valor dos reembolsos no período respeitantes a:	-	-	-	-
Subsídios relacionados com ativos/ao investimento	-	-	-	-
Subsídios relacionados com rendimentos � exploração	-	-	-	-
Total (1 + 2 - 3)	1.673.944,29	1.705.470,89	1.210.530,27	1.207.765,74

20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O saldo da conta “Fornecimentos e Serviços Externos” subdivide-se nas seguintes rubricas:

Fornecimentos e Serviços Externos	2024	2023
621 - Subcontratos	-	-
622 - Serviços especializados	271.582,29	243.523,86
623 - Materiais	55.651,27	74.884,11
624 - Energia e fluidos	108.010,87	88.715,49
625 - Deslocações, estadas e transportes	22.979,77	21.959,99
626 - Serviços diversos	100.613,97	93.640,20
Dos quais:		
6263 - Seguros	22.356,90	21.712,97
6267 - Limpeza, higiene e conforto	14.847,06	13.207,27
626809 - Atividades Culturais / Ensino	38.357,86	32.697,50
Total	558.838,17	522.723,65

A discriminação feita na conta “626 – Serviços diversos”, diz respeito às 3 rubricas com maior valor no ano de 2024, não correspondendo o somatório destas 3 ao valor total da conta agregadora (626).

21. GASTOS COM PESSOAL

A conta de “Gastos com o pessoal” subdivide-se nas seguintes rubricas:

Descrição	2024	2023
Gastos com pessoal		
631 - Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Das quais: participações nos lucros	-	-
632 - Remunerações do pessoal	2.071.951,53	1.867.905,43
Das quais: participações nos lucros	-	-
633 - Benefícios pós-emprego	-	-
6331 - Prémios para pensões	-	-
6332 - Outros benefícios	-	-
Dos quais:		
Para planos de contribuições definidas - Órgãos so	-	-
Para planos de contribuições definidas - Outros	-	-
634 - Indemnizações	165,82	1.440,83
635 - Encargos sobre remunerações	436.239,81	389.350,12
636 - Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissior	17.201,18	15.629,69
637 - Gastos de Ação social	-	-
638 - Outros gastos com pessoal	6.903,10	6.720,80
Dos quais:		
Medicina no Trabalho	2.400,00	2.400,00
Formação	4.472,10	4.320,80
Total	2.532.461,44	2.281.046,87

O número médio de empregados ao longo do ano e o número de empregados no final do período foi de:

	2024	2023
Nº médio de empregados	120	116
Nº empregados no final do período	120	116

De referir que os órgãos sociais da Associação não auferem qualquer remuneração, sendo a Direção constituída por: Presidente: Rosa Maria Ferreira Pereira Pinheiro; Vice-Presidente: José Hernâni Costa; Secretário: César Augusto Freitas; Tesoureiro: Vítor Orlando Cunha Silva; Vogal: José Ângelo Almeida Braga Pereira.

22. OUTROS RENDIMENTOS

A conta de “Outros rendimentos” subdivide-se nas seguintes rubricas:

Descrição	2024	2023
78 - Outros rendimentos		
781 - Rendimentos suplementares	-	-
782 - Descontos de pronto pagamento obtidos	0,24	45,58
783 - Recuperação de dividas a receber	-	-
784 - Ganhos em inventários	-	-
786 - Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiro	4,67	5,02
787 - Rendimentos e ganhos em investimentos não finance	-	6.000,00
788 - Outros rendimentos e ganhos	22.774,73	39.741,05
79 - Juros, Dividendos e outros rendimentos similares (operacionais)		
791 - Juros obtidos		
7911 - De depósitos	-	-
792 - Dividendos obtidos	-	-
798 - Outros rendimentos similares	-	-
Total	22.779,64	45.791,65

23. OUTROS GASTOS

A conta de “Outros gastos” subdivide-se nas seguintes rubricas:

Descrição	2024	2023
68 - Outros gastos		
681 - Impostos	2.709,14	2.880,41
682 - Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
683 - Dividas incobráveis	1.692,00	-
684 - Perdas em inventários	-	-
685 - Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreen	-	-
686 - Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	-	-
687 - Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
688 - Outros gastos e perdas	13.920,92	11.024,79
Total	18.322,06	13.905,20

24. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A conta de "Juros" subdivide-se nas seguintes rubricas:

Descrição	2024	2023
Juros, dividendos e outros rendimentos similares		
Relativos a:		
7915 - Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Total	-	-
Juros e gastos similares suportados		
Relativos a:		
6911 - Juros de financiamentos obtidos	41.260,65	38.677,30
6912 - Encargos com descontos de títulos de crédito	-	-
6915 - Juros de mora	420,93	-
6916 - Juros de acordos	-	-
6917 - Juros de contractos de locações financeiras	1.704,60	2.368,02
6918 - Outros Juros	-	-
6921 - Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
6981 - Outros gastos e perdas de financiamento	777,50	790,00
Total	44.163,68	41.835,32

25. RESPONSABILIDADES

Sobre o financiamento obtido junto do Banco BPI no valor inicial de 1.200.000,00€, cujo capital em dívida à data de 31/12/2024 ascende a 629.565,49€, existe uma hipoteca a favor deste, relativa a três prédios urbanos inscritos nas matrizes sob os artigos n.º 892, 1109 e 1106, e descritos na Conservatória do Registo Predial de Braga, respetivamente sob os números 277, 898 e 487, conforme já referido na nota 4 deste anexo.

26. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Em 31 de dezembro de 2024 não se encontrava registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental, nem é divulgado qualquer contingência ambiental por ser convicção da Direção que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados que resultem encargos materialmente relevantes para a Associação.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

A economia portuguesa deverá crescer 1,7% em 2024, acelerar para 2,2% em 2025 e 2026, e diminuir para 1,7% em 2027. Esse crescimento reflete a melhoria das condições financeiras, aumento da procura externa e mais fundos da União Europeia, mas o ambiente externo é arriscado devido a fatores económicos e geopolíticos. O mercado de trabalho continua forte, com aumento de emprego e salários reais, além de um baixo nível de desemprego. Em 2027, o crescimento será impactado pela redução da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A inflação deverá cair de 5,3% em 2023 para 2,6% em 2024, estabilizando em 2% nos próximos anos. O diferencial de inflação em relação à zona do euro será quase nulo. O déficit orçamental deve retornar, mas a dívida pública continuará a cair de 97,9% em 2023 para 81,3% em 2027, embora a diminuição seja mais lenta. O crescimento do PIB será impulsionado pelo consumo privado em 2024, mas o investimento deve ser mais dinâmico de 2025 a 2026, impulsionado pelos fundos europeus. As exportações deverão crescer a um ritmo moderado, com destaque para os bens e os serviços, especialmente o turismo, que continua a se recuperar.

O rendimento disponível real das famílias aumentará significativamente em 2024, mas o crescimento do consumo desacelerará a partir de 2025 devido a menores aumentos salariais e efeitos das políticas fiscais. O investimento deverá recuperar entre 2025 e 2026, e o mercado de trabalho continuará a crescer, embora a um ritmo mais lento. A inflação continuará a diminuir, mas os preços dos serviços permanecerão elevados em relação aos bens. A projeção está sujeita a riscos, especialmente externos, como tensões geopolíticas e maior protecionismo. A política orçamental deverá se ajustar para enfrentar esses riscos, mantendo o espaço para responder a possíveis choques.

A eclosão de conflitos armados, como a invasão da Ucrânia e tensões no Oriente Médio, gerou preocupações sobre a resiliência das cadeias de abastecimento globais, levando países a adotarem políticas protecionistas e práticas como o "friendshoring". Essas

mudanças têm impactado o comércio global e o comércio português, que manteve estabilidade nas barreiras tarifárias, mas viu um aumento nas barreiras não tarifárias até 2023. Apesar disso, o comércio português de bens e serviços não desacelerou, com crescimento no comércio de bens, especialmente após a pandemia, e nas exportações de serviços, como turismo e transportes.

No entanto, a distância geopolítica passou a influenciar as importações portuguesas, com uma relação negativa entre maior distância geopolítica e menor crescimento nas importações. A Rússia, por exemplo, viu uma queda de 70% nas importações após 2019 devido a uma maior distância geopolítica. A China, embora tenha aumentado sua distância geopolítica em relação a Portugal, viu um aumento nas suas exportações para o país. Estudos econométricos confirmam que, nos últimos anos, a distância geopolítica tornou-se um fator significativo nas importações de bens, especialmente após 2020. A fragmentação da economia mundial e o aumento do protecionismo são preocupações, pois podem prejudicar o bem-estar global e aumentar o risco de conflitos econômicos. A integração econômica, por outro lado, é vista como uma fonte de estabilidade. A defesa do multilateralismo e da cooperação internacional é fundamental para evitar essas tensões.

O mercado único europeu continua a ser crucial para o comércio português, e a preservação da concorrência leal entre empresas é essencial. A política comercial dos EUA pode afetar negativamente a economia portuguesa, e, por isso, é importante fortalecer o apoio a empresas e promover novos mercados, além de valorizar o capital humano para fomentar inovação e mobilidade no mercado de trabalho.

É entendimento da direção que estes desafios não colocam em causa a continuidade das operações.

28. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A instituição não tem dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos em situação de mora.

Informação requerida pelo DL 411/91: Regime jurídico da regularização de dívidas à Segurança Social:

A instituição tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

A Direção propõe que o resultado líquido do período, positivo no valor de 54.223,64€ (cinquenta e quatro mil, duzentos e vinte e três euros, e sessenta e quatro centimos) seja transferido para:

- Resultados transitados: 54.223,64€

O valor dos honorários do Revisor Oficial de Contas no exercício de 2024 foi de 5.166,00€, sendo que em 2023 estes foram de igual valor (5.166,00€).

29. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para sua emissão na data de 18 de março de 2025.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro, pelo que, após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

O ano de 2025 terá um cenário geopolítico mundial marcado por várias dinâmicas complexas como a ascensão da China, a rivalidade EUA-China, o conflito na Ucrânia, as mudanças climáticas, o crescimento da Índia, a Cibersegurança e as tensões no Médio Oriente.

A China continuará a expandir sua influência global, especialmente com a Iniciativa “Um Cinturão, Uma Rota” (nova Rota da Seda), desafiando os EUA em áreas como comércio e segurança. A competição entre as duas potências será central, com disputas em comércio, tecnologia e questões geopolíticas, como o status de Taiwan.

A globalização será reconfigurada, com diferentes países a procurar maior integração regional ou desglobalização. A Índia consolidará como uma potência emergente, com crescente influência no Indo-Pacífico. A recuperação pós-pandemia será marcada por desigualdades económicas, com tensões internas e externas em vários países. A corrida pela inteligência artificial e tecnologia quântica alterará o equilíbrio de poder, com a dominação digital tornando-se uma área de disputa entre potências. O Médio Oriente continuará tenso, com rivalidades regionais, como entre Irão e Arábia Saudita, e a normalização das relações de Israel com outros países árabes.

As questões ambientais serão cada vez mais relevantes, com disputas por recursos naturais e transições energéticas, especialmente no Ártico.

Assim, a economia mundial enfrenta vários desafios e tendências que impactam o crescimento, a inflação e a estabilidade financeira global. Alguns dos principais aspetos incluem:

1. **Tensões geopolíticas e conflitos internacionais** – As tensões geopolíticas e os conflitos internacionais continuam a ter um impacto significativo na economia global. Além da instabilidade na Ucrânia e no Médio Oriente, há outros fatores relevantes que moldam o cenário económico e comercial, nomeadamente a política comercial dos EUA.
2. **Inflação e política monetária** – Muitos países continuam a lidar com níveis elevados de inflação, o que leva os bancos centrais a manter ou subir taxas de juro, afetando o consumo, o investimento e o custo do crédito.
3. **Crescimento económico desigual** – Enquanto algumas economias demonstram sinais de recuperação, outras continuam a enfrentar dificuldades devido a fatores como a desaceleração do comércio global e o elevado endividamento público e privado.
4. **Transformação energética e transição climática** – A necessidade de descarbonização e de investimentos em energias renováveis está a reformular setores inteiros e a pressionar os governos a adotar políticas ambientais mais ambiciosas.
5. **Inteligência artificial e automação** – O impacto da IA no mercado de trabalho e nos modelos de negócios está a transformar a produtividade e a competitividade das empresas.
6. **Problemas na cadeia de abastecimento** – Ainda existem perturbações nas cadeias de fornecimento globais devido a fatores como eventos climáticos extremos, conflitos geopolíticos e mudanças na política comercial.
7. **Dívida pública e défices orçamentais** – Muitos governos continuam a lidar com elevados níveis de endividamento, resultado dos estímulos económicos adotados durante a pandemia e da necessidade de investimentos em infraestruturas e políticas sociais.
8. **Mercados financeiros voláteis** – A incerteza económica e política reflete-se na volatilidade dos mercados bolsistas e cambiais, afetando a confiança dos investidores e a estabilidade financeira.

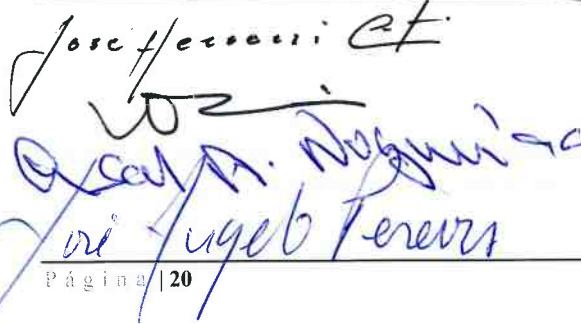
Neste contexto, a Direção ponderou os fatores acima referidos e enquadrou-os com o modelo de gestão da Associação e, com base na informação disponível, verificou que neste momento os aspetos acima referidos estão devidamente enquadrados no seu modelo de gestão de risco, estando atualmente a ser tomadas as medidas necessárias para mitigar ou evitar o potencial impacto das situações acima descritas.

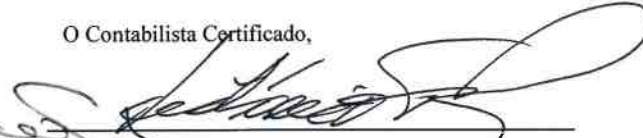
Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos, a atividade e rendibilidade da Associação será afetada em maior ou menor grau. Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos ativos, considera-se que se mantém aplicável o princípio da continuidade das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras. É entendimento da Direção que estes desafios económicos não põem em causa a continuidade das operações.

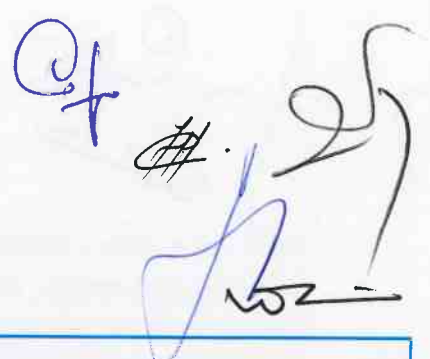
Fafe, 18 de março de 2025

A Direção,

O Contabilista Certificado,


José Ferreira

José Miguel Pereira





RELATÓRIO DE ATIVIDADES

DADOS DA EMPRESA

Designação Social:	Associação Cultural e Recreativa de Fornelos
Tipo de entidade	Instituição Particular de Solidariedade Social
Sede Social	Rua da Quintã, freguesia de Fornelos, concelho de Fafe
Fundos	14.135,19€
Contribuinte N°	502 643 102
Atividade Principal (CAE)	94991 (Associações Culturais e Recreativas)
Objeto Social	Apoio à criança, aos jovens e idosos, ao desenvolvimento de natureza cultural, educacional, assistencial, etc.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral	Presidente – Aristides João Faria Ribeiro 1.º Secretário – José Manuel Gonçalves Castro 2.º Secretário – António Pinheiro Pereira
Direção	Presidente – Rosa Maria Ferreira Pereira Pinheiro Vice-Presidente – José Hernâni Costa Secretário – César Augusto Freitas Tesoureiro – Vítor Orlando Cunha Silva Vogal – José Ângelo Almeida Braga Pereira

Senhores(as) associados(as),

A direção da Associação Cultural e Recreativa de Fornelos no cumprimento das disposições legais aplicáveis e dos estatutos, apresenta e submete à apreciação da Assembleia-Geral de Associados, o Relatório de Atividades e Proposta de Aplicação de Resultados, as contas do período e demais documentos de prestação de contas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

É convicção desta Direção que estes documentos expõem fielmente a evolução da atividade, o desempenho e a posição da Associação Cultural e Recreativa de Fornelos.

Como é do conhecimento público a Associação Cultural e Recreativa de Fornelos, Instituição Particular de Solidariedade Social, surgiu de um desafio político e da colaboração de algumas pessoas da freguesia de Fornelos e, em especial, da atual Presidente, devido às carências sentidas por algumas crianças da freguesia e motivados pelo afeto, carinho e pela vontade de ajudar, lançaram os primeiros alicerces da Instituição que atualmente engloba as valências de Creche, Pré-Escola, 1º Ciclo, 2º Ciclo, 3º Ciclo, Secundário e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar).

Assim, deu-se início a atividade da referida instituição como Creche em Setembro 1990, com a cooperação de duas educadoras, cinco auxiliares, uma cozinheira e um motorista, provisoriamente num prédio destinado à habitação, o qual foi cedido gratuitamente por um prazo de cinco anos e devidamente adaptado para o efeito. O edifício composto por três andares, dividido em quatro salas de Creche e uma de Pré-escola, foi inaugurado a 25 de Novembro de 1990, pelo Exmo. Secretário de Estado Dr. Luís Marques Mendes.

Devido à passagem do tempo, foi verificado que carências ao nível de instalações tornam-se cada vez mais exíguas e sem condições para dar a resposta quantitativa e qualitativa às constantes solicitações. Importava dar um novo passo, um grande e importante passo: construir de raiz umas instalações capazes de responderem às exigências futuras.

Em 1993, a A.C.R. Fornelos, não poupando esforços e com o apoio do Fundo Socorro Social, já tinha as suas próprias Instalações para as valências de Creche e Pré-Escola, com todas as normas exigidas pelo Ministério da Educação e Centro Regional de Segurança Social. Em 1996, houve necessidade de ampliar as instalações, construindo-se um edifício com duas salas para a valência de Pré-Escola.

A permanente atenção às necessidades das crianças levou à criação da valência de A.T.L., sendo construído em 1999, um edifício para o efeito, sendo que de momento esta já deixou de fazer parte dos serviços prestados pela Associação.

No ano de 2000, foi inaugurado a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar) para satisfazer a procura social que várias pessoas sentiam e que procuravam para satisfazer o bem-estar dos seus familiares.

Com o decorrer dos anos o número de crianças foi aumentando de ano para ano tendo havido a necessidade de expandir os espaços. Em 2001, a Pré-Escola passou a ser constituído por mais quatro salas, sendo um total de seis. Em 2002, a creche ampliou a sua área para mais quatro salas, perfazendo um total de oito.

Continuando a apostar numa política de expansão e desenvolvimento surgiu, em 2005, um novo edifício destinado ao 1º Ciclo do Ensino Básico, dotado de cinco salas de aulas, duas salas de atividades e um pavilhão polidesportivo. Este colégio foi estruturado, sob o ponto de vista humano, de equipamento e métodos pedagógicos, de modo exemplar para proporcionar às crianças um ensino de qualidade, motivando-as para o sucesso, incutindo-lhes valores essenciais para o seu futuro.

Ainda no ano de 2005, alargou-se a Pré-Escola a mais duas salas e criou-se mais uma sala de A.T.L.

Em 2006 houve necessidade de transformar uma sala de A.T.L. numa sala de Pré-Escola, perfazendo ao todo um total de 9 salas de Pré-Escola.

Sentindo-se a necessidade de proporcionar aos alunos a continuidade do seu percurso escolar na mesma instituição, em 2007 construiu-se um novo edifício para a valência dos 2º e 3º ciclos, com capacidade para nove salas de aulas, três salas de atividades e um laboratório.

Numa perspetiva de ampliar o leque de atividades ao dispor dos utentes da instituição, construiu-se um campo com relva sintética e uma piscina, em 2008. A Instituição premiou a comunidade escolar com mais duas obras grandiosas, o Pavilhão Multiusos em 2010 e em 2012 com o auditório.

A instituição no ano de 2013 instalou o ensino secundário satisfazendo os intentos não só dos alunos bem como dos seus próprios pais, tendo-se criado mais um laboratório e uma sala de convívio para os alunos.

Devido ao elevado número de alunos que procura o colégio para prosseguir os seus estudos, deu-se início no ano de 2014 à construção de mais quatro salas no edifício do 1.º ciclo e duas para o ensino secundário.

O objetivo máximo desta Instituição é servir a comunidade do concelho, proporcionando-lhes todas as condições básicas ao seu saudável e harmonioso crescimento, respondendo ano após ano às necessidades da comunidade escolar.

1. APRECIACÃO GLOBAL DE GESTÃO

Como se poderá verificar através dos gráficos a seguir indicados, os rendimentos de 2024 no montante de 3.526.329,68€, verificaram, em relação ao ano de 2023, um aumento significativo no montante de 579.867,06€ (19,68%). Por outro lado, os gastos de 2024 no montante de 3.472.106,04€, em relação ao ano de 2023 cresceram no valor de 310.428,21€ (9,82%), sendo que estes mais do que foram compensados pelo aumento da receita. Assim, obtivemos um resultado positivo significativamente melhor em 2024, no montante de 54.223,64€, por comparação com o resultado negativo de 2023 de 215.215,21€, invertendo-se a tendência do resultado negativo registado neste último período de 2023.

2. EVOLUÇÃO E ANÁLISE DAS RECEITAS

A análise da evolução das receitas totais por cada valência é-nos dada pelas seguintes tabelas:

2024						
CONTA	RUBRICA	TOTAL	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	ERPI	ESCOLA
7	RENDIMENTOS	3.526.329,68	922.292,01	694.721,33	809.433,48	1.099.882,86
72	Prestações de serviços	1.798.079,15	47.763,25	248.048,60	419.627,65	1.082.639,65
75	Subsídios, doações e legados à exploração	1.705.470,89	868.885,56	441.029,53	383.955,78	11.600,01
76	Reversões - Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos	22.779,64	5.643,20	5.643,20	5.850,05	5.643,20
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2023						
CONTA	RUBRICA	TOTAL	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	ERPI	ESCOLA
7	RENDIMENTOS	2.946.462,62	676.942,64	689.647,39	622.051,62	957.820,96
72	Prestações de serviços	1.685.580,72	99.514,66	251.625,21	393.458,68	940.982,16
75	Subsídios, doações e legados à exploração	1.207.765,74	564.473,94	425.068,14	214.338,90	3.884,76
76	Reversões - Provisões	7.312,40	1.828,10	1.828,10	1.828,10	1.828,10
77	Ganhos por aumentos de justo valor	12,11	3,03	3,03	3,03	3,03
78	Outros rendimentos	45.791,65	11.122,91	11.122,91	12.422,91	11.122,91
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

VARIAÇÃO (%)						
CONTA	RUBRICA	TOTAL	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	ERPI	ESCOLA
7	RENDIMENTOS	19,68%	36,24%	0,74%	30,12%	14,83%

Como podemos verificar, os rendimentos totais obtiveram um crescimento de 19,68% designadamente na creche, na ERPI e na Escola, com 36,24%, 30,12% e 14,83%, respetivamente. Para além destes 3 crescimentos significativos, também os

rendimentos decorrentes da valência do pré-escolar sofreram um aumento, ainda que este não seja tão significativo, sendo somente de 0,74%.

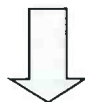
Fazendo uma análise a cada rubrica de rendimentos, temos o seguinte quadro:

CONTA	RUBRICA	TOTAL 2024	TOTAL 2023	VARIAÇÃO
7	RENDIMENTOS	3.526.329,68	2.946.462,62	19,68%
72	Prestações de serviços	1.798.079,15	1.685.580,72	6,67%
75	Subsídios, doações e legados à exploração	1.705.470,89	1.207.765,74	41,21%
76	Reversões - Provisões	0,00	7.312,40	-100,00%
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	12,11	-100,00%
78	Outros rendimentos	22.779,64	45.791,65	-50,25%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	0,00	#DIV/0!

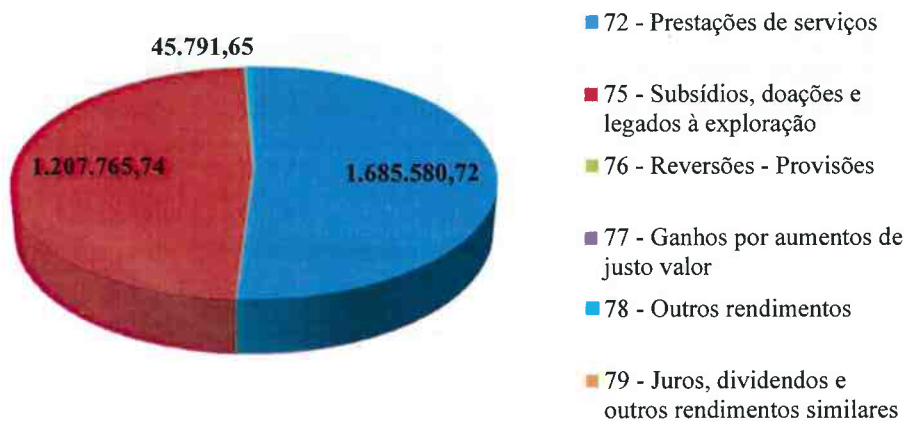
Da análise deste último quadro, podemos verificar um aumento dos rendimentos nas prestações de serviços (mensalidades) (6,67%) e em subsídios (41,21%). Este aumento nas prestações de serviços (mensalidades) deve-se à atualização natural no valor das mesmas, já nos subsídios, o aumento deriva essencialmente da gratuitidade da Creche abranger agora já totalidade do ano de 2024, assim como a atualização do valor pago por utente.

Paralelamente, fazendo uma discriminação das receitas do ano de 2024, temos os seguintes resultados:

RUBRICA	TOTAL 2024	PERCENTAGEM
72 - Prestações de serviços	1.798.079,15	50,990%
75 - Subsídios, doações e legados à exploração	1.705.470,89	48,364%
76 - Reversões - Provisões	0,00	0,000%
77 - Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,000%
78 - Outros rendimentos	22.779,64	0,646%
79 - Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	0,000%



TOTAL 2024



3. EVOLUÇÃO E ANÁLISE DOS GASTOS

À semelhança da análise às receitas, poderemos verificar qual a evolução dos gastos totais por cada valência através das seguintes tabelas:

2024						
CONTA	RUBRICA	TOTAL	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	ERPI	ESCOLA
6	GASTOS	3.472.106,04	696.501,59	675.584,33	566.573,40	1.533.446,72
61	CMVMC	154.973,67	31.557,54	35.175,61	8.241,14	79.999,38
62	Fornecimentos e serviços externos	558.838,17	103.160,03	111.910,78	121.409,91	222.357,47
63	Gastos com o pessoal	2.532.461,44	505.841,76	472.538,02	379.885,42	1.174.196,25
64	Gastos de depreciação e de amortização	163.347,02	40.836,76	40.836,76	40.836,76	40.836,76
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Provisões do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos	18.322,06	4.064,59	4.082,25	5.159,26	5.015,95
69	Gastos e perdas de financiamento	44.163,68	11.040,92	11.040,92	11.040,92	11.040,92

2023						
CONTA	RUBRICA	TOTAL	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	ERPI	ESCOLA
6	GASTOS	3.161.677,83	625.101,45	639.331,35	556.914,57	1.340.330,46
61	CMVMC	136.740,16	27.348,03	39.040,31	7.332,44	63.019,38
62	Fornecimentos e serviços externos	522.723,65	100.137,49	98.561,68	130.172,63	193.851,86
63	Gastos com o pessoal	2.281.046,87	441.048,16	447.309,36	364.324,49	1.028.364,86
64	Gastos de depreciação e de amortização	165.409,63	41.352,41	41.352,41	41.352,41	41.352,41
66	Perdas por reduções de justo valor	17,00	4,25	4,25	4,25	4,25
67	Provisões do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos	13.905,20	4.752,29	2.604,52	3.269,52	3.278,88
69	Gastos e perdas de financiamento	41.835,32	10.458,83	10.458,83	10.458,83	10.458,83

VARIAÇÃO (%)						
CONTA	RUBRICA	TOTAL	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	ERPI	ESCOLA
6	GASTOS	9,82%	11,42%	5,67%	1,73%	14,41%

Através destes dados, podemos concluir que a Associação apresentou um aumento dos seus gastos totais (9,82%), sendo que registou um aumento mais significativo na creche e na escola (11,42% e 14,41%, respetivamente).

Fazendo uma comparação, podemos concluir que o aumento percentual e absoluto dos gastos foi bastante inferior aos rendimentos, o que explica o resultado líquido positivo em 2024.

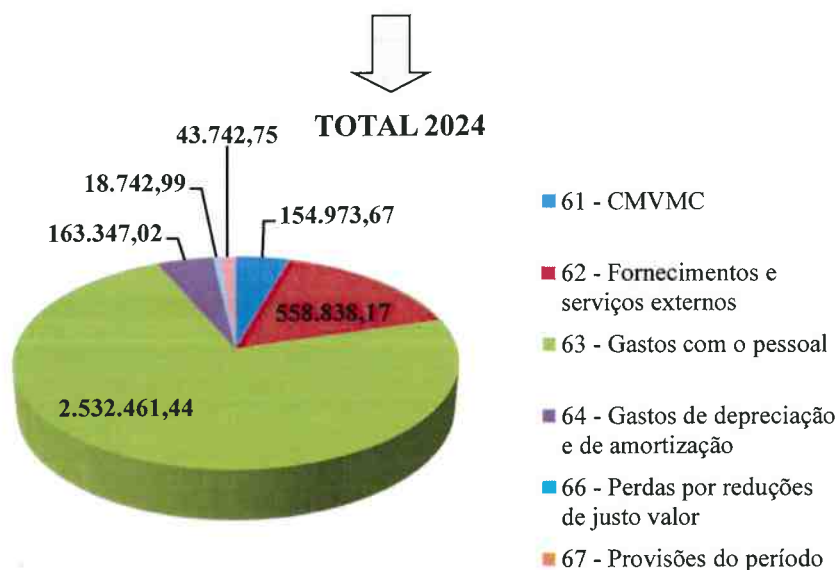
Através do seguinte quadro, podemos ver qual a evolução de cada rubrica que constitui os gastos da Instituição:

CONTA	RUBRICA	TOTAL 2024	TOTAL 2023	VARIAÇÃO
6	GASTOS	3.472.106,04	3.161.677,83	9,82%
61	CMVMC	154.973,67	136.740,16	13,33%
62	Fornecimentos e serviços externos	558.838,17	522.723,65	6,91%
63	Gastos com o pessoal	2.532.461,44	2.281.046,87	11,02%
64	Gastos de depreciação e de amortização	163.347,02	165.409,63	-1,25%
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	17,00	-100,00%
67	Provisões do período	0,00	0,00	#DIV/0!
68	Outros gastos	18.322,06	13.905,20	31,76%
69	Gastos e perdas de financiamento	44.163,68	41.835,32	5,57%

Como podemos verificar, existem variações essencialmente positivas (aumentos), havendo um decréscimo nos gastos relacionados com as depreciações e amortizações. As rubricas que registaram um incremento mais forte em termos percentuais foram: “61 – CMVMC”, “63 – Gastos com pessoal” e “68 – Outros gastos”, com 13,33%, 11,02% e 31,76% respetivamente. Para além destes aumentos percentuais, em termos absolutos as rubricas “62 – Fornecimentos e serviços externos” e “63 – Gastos com pessoal” foram aqueles que aumentaram mais, com 36.114,52€ e 251.414,57€, respetivamente.

De igual modo, analisando o peso que cada gasto tem para a Associação, surge-nos a seguinte informação:

RUBRICA	TOTAL 2024	PERCENTAGEM
61 - CMVMC	154.973,67	4,46%
62 - Fornecimentos e serviços externos	558.838,17	16,10%
63 - Gastos com o pessoal	2.532.461,44	72,94%
64 - Gastos de depreciação e de amortização	163.347,02	4,70%
66 - Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00%
67 - Provisões do período	0,00	0,00%
68 - Outros gastos	18.322,06	0,53%
69 - Gastos e perdas de financiamento	44.163,68	1,27%



Como seria de esperar, devido à natureza da Instituição, o maior peso na sua estrutura de custos é em Gastos com pessoal (72,94%), seguindo-se a rubrica “62 – Fornecimentos e serviços externos” com 16,10%. De referir que, à data de 31 de dezembro, a Associação possuía 120 trabalhadores ao seu serviço.

4. INVESTIMENTOS DO PERÍODO

Relativamente ao ano de 2024, não foram efetuados investimentos significativos, existindo somente a aquisição de equipamento básico no valor de 3.881,43€ e administrativo 1.550,00€, necessário para a normal atividade da Instituição, e ainda no investimento num sistema de incêndios e deteção de gás (26.649,09€) e num sistema de ar condicionado para a Pré-Escola (9.328,00€)

5. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro, pelo que, após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

O ano de 2025 terá um cenário geopolítico mundial marcado por várias dinâmicas complexas como a **ascensão** da China, a rivalidade EUA-China, o conflito na Ucrânia, as mudanças climáticas, o crescimento da Índia, a Cibersegurança e as tensões no Médio Oriente.

A China continuará a expandir sua influência global, especialmente com a Iniciativa “Um Cinturão, Uma Rota” (nova Rota da Seda), desafiando os EUA em áreas como comércio e segurança. A competição entre as duas potências será central, com disputas em comércio, tecnologia e questões geopolíticas, como o status de Taiwan.

A globalização será reconfigurada, com diferentes países a procurar maior integração regional ou desglobalização. A Índia consolidará como uma potência emergente, com crescente influência no Indo-Pacífico. A recuperação pós-pandemia será marcada por desigualdades económicas, com tensões internas e externas em vários países. A corrida pela inteligência artificial e tecnologia quântica alterará o equilíbrio de poder, com a dominação digital tornando-se uma área de disputa entre potências. O Médio Oriente continuará tenso, com rivalidades regionais, como entre Irão e Arábia Saudita, e a normalização das relações de Israel com outros países árabes.

As questões ambientais serão cada vez mais relevantes, com disputas por recursos naturais e transições energéticas, especialmente no Ártico.

Assim, a economia mundial enfrenta vários desafios e tendências que impactam o crescimento, a inflação e a estabilidade financeira global. Alguns dos principais aspetos incluem:

1. **Tensões geopolíticas e conflitos internacionais** – As tensões geopolíticas e os conflitos internacionais continuam a ter um impacto significativo na economia global. Além da instabilidade na Ucrânia e no Médio Oriente, há outros fatores relevantes que moldam o cenário económico e comercial, nomeadamente a política comercial dos EUA.
2. **Inflação e política monetária** – Muitos países continuam a lidar com níveis elevados de inflação, o que leva os bancos centrais a manter ou subir taxas de juro, afetando o consumo, o investimento e o custo do crédito.
3. **Crescimento económico desigual** – Enquanto algumas economias demonstram sinais de recuperação, outras continuam a enfrentar dificuldades devido a fatores como a desaceleração do comércio global e o elevado endividamento público e privado.
4. **Transformação energética e transição climática** – A necessidade de descarbonização e de investimentos em energias renováveis está a reformular setores inteiros e a pressionar os governos a adotar políticas ambientais mais ambiciosas.
5. **Inteligência artificial e automação** – O impacto da IA no mercado de trabalho e nos modelos de negócios está a transformar a produtividade e a competitividade das empresas.
6. **Problemas na cadeia de abastecimento** – Ainda existem perturbações nas cadeias de fornecimento globais devido a fatores como eventos climáticos extremos, conflitos geopolíticos e mudanças na política comercial.
7. **Dívida pública e défices orçamentais** – Muitos governos continuam a lidar com elevados níveis de endividamento, resultado dos estímulos económicos adotados durante a pandemia e da necessidade de investimentos em infraestruturas e políticas sociais.



8. **Mercados financeiros voláteis** – A incerteza económica e política reflete-se na volatilidade dos mercados bolsistas e cambiais, afetando a confiança dos investidores e a estabilidade financeira.

Neste contexto, a Direção ponderou os fatores acima referidos e enquadrou-os com o modelo de gestão da Associação e, com base na informação disponível, verificou que neste momento os aspetos acima referidos estão devidamente enquadrados no seu modelo de gestão de risco, estando atualmente a ser tomadas as medidas necessárias para mitigar ou evitar o potencial impacto das situações acima descritas.

Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos, a atividade e rentabilidade da Associação será afetada em maior ou menor grau. Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos ativos, considera-se que se mantém aplicável o princípio da continuidade das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras. É entendimento da Direção que estes desafios económicos não põem em causa a continuidade das operações

6. INDICADORES FINANCEIROS

	2024	2023
Total Ativo	4.868.540,18	4.886.446,51
Total Fundos	3.665.739,29	3.633.881,03

	2024	2023
Ativo Corrente	246.542,42	142.510,25
Passivo Corrente	677.778,66	592.597,34

	2024	2023
Total Fundos	3.665.739,29	3.633.881,03
Total Passivo	1.202.800,89	1.252.565,48

RÁCIO	2024	2023
Autonomia Financeira	0,75	0,74
Liquidez Geral	0,36	0,24
Solvabilidade	3,05	2,90

Podemos verificar que a nível de rácios, a Associação possui elevados níveis de autonomia financeira tanto para o ano de 2023 como 2024, fruto grande parte dos resultados transitados acumulados, bem como a nível de solvabilidade. No que diz respeito à liquidez, o rácio aumentou significativamente de 2023 para 2024, sendo intenção da Direção repor este rácio a níveis anteriores.

7. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA INSTITUIÇÃO

A economia portuguesa deverá crescer 1,7% em 2024, acelerar para 2,2% em 2025 e 2026, e diminuir para 1,7% em 2027. Esse crescimento reflete a melhoria das condições financeiras, aumento da procura externa e mais fundos da União Europeia, mas o ambiente externo é arriscado devido a fatores económicos e geopolíticos. O mercado de trabalho continua forte, com aumento de emprego e salários reais, além de um baixo nível de desemprego. Em 2027, o crescimento será impactado pela redução da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A inflação deverá cair de 5,3% em 2023 para 2,6% em 2024, estabilizando em 2% nos próximos anos. O diferencial de inflação em relação à zona do euro será quase nulo. O déficit orçamental deve retornar, mas a dívida pública continuará a cair de 97,9% em 2023 para 81,3% em 2027, embora a diminuição seja mais lenta. O crescimento do PIB será impulsionado pelo consumo privado em 2024, mas o investimento deve ser mais dinâmico de 2025 a 2026, impulsionado pelos fundos

européus. As exportações deverão crescer a um ritmo moderado, com destaque para os bens e os serviços, especialmente o turismo, que continua a se recuperar.

O rendimento disponível real das famílias aumentará significativamente em 2024, mas o crescimento do consumo desacelerará a partir de 2025 devido a menores aumentos salariais e efeitos das políticas fiscais. O investimento deverá recuperar entre 2025 e 2026, e o mercado de trabalho continuará a crescer, embora a um ritmo mais lento. A inflação continuará a diminuir, mas os preços dos serviços permanecerão elevados em relação aos bens. A projeção está sujeita a riscos, especialmente externos, como tensões geopolíticas e maior protecionismo. A política orçamental deverá se ajustar para enfrentar esses riscos, mantendo o espaço para responder a possíveis choques.

A eclosão de conflitos armados, como a invasão da Ucrânia e tensões no Oriente Médio, gerou preocupações sobre a resiliência das cadeias de abastecimento globais, levando países a adotarem políticas protecionistas e práticas como o "friendshoring". Essas mudanças têm impactado o comércio global e o comércio português, que manteve estabilidade nas barreiras tarifárias, mas viu um aumento nas barreiras não tarifárias até 2023. Apesar disso, o comércio português de bens e serviços não desacelerou, com crescimento no comércio de bens, especialmente após a pandemia, e nas exportações de serviços, como turismo e transportes.

No entanto, a distância geopolítica passou a influenciar as importações portuguesas, com uma relação negativa entre maior distância geopolítica e menor crescimento nas importações. A Rússia, por exemplo, viu uma queda de 70% nas importações após 2019 devido a uma maior distância geopolítica. A China, embora tenha aumentado sua distância geopolítica em relação a Portugal, viu um aumento nas suas exportações para o país. Estudos econométricos confirmam que, nos últimos anos, a distância geopolítica tornou-se um fator significativo nas importações de bens, especialmente após 2020. A fragmentação da economia mundial e o aumento do protecionismo são preocupações, pois podem prejudicar o bem-estar global e aumentar o risco de conflitos econômicos. A integração econômica, por outro lado, é vista como uma fonte de estabilidade. A defesa do multilateralismo e da cooperação internacional é fundamental para evitar essas tensões.

O mercado único europeu continua a ser crucial para o comércio português, e a preservação da concorrência leal entre empresas é essencial. A política comercial dos EUA pode afetar negativamente a economia portuguesa, e, por isso, é importante fortalecer o apoio a empresas e promover novos mercados, além de valorizar o capital humano para fomentar inovação e mobilidade no mercado de trabalho. de toda a conjuntura provocada essencialmente pela guerra na Ucrânia e do Médio Oriente, durante o ano de 2023, verificou-se um aumento generalizado dos preços, o que se traduziu numa taxa de inflação média elevada em Portugal e um pouco por todo Mundo. Na tentativa de controlar a mesma, o BCE procedeu a um aumento das taxas diretoras, o que se refletiu nas taxas Euribor aos quais os financiamentos da Associação estão indexados, o que deu origem a um aumento dos gastos de financiamento. No entanto, é entendimento da direção, que estes desafios económicos não põem em causa a continuidade das operações.

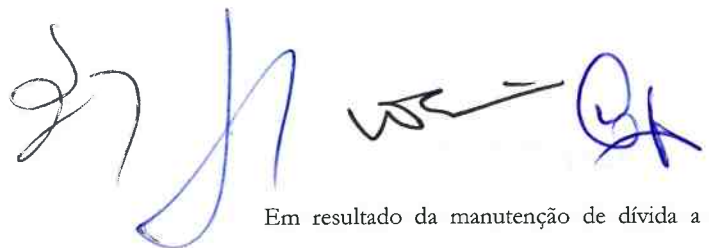
8. DIVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A sociedade não é devedora ao Estado e à Segurança Social de quaisquer impostos ou contribuições.

9. RISCOS E INCERTEZAS

a) RISCOS DE MERCADO

(i) Risco de Taxa de Juro



Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro do Euro. A Associação recorre a financiamentos externos no decurso da sua atividade, estando exposto ao risco de taxa de juro já que grande parte da dívida financeira da Associação está indexada a taxas de juro de mercado.

(ii) **Risco de Taxa de Câmbio**

O risco cambial é consequência de ativos, passivos e transações comerciais futuras. A entidade não apresenta exposição ao risco de taxa de cambio uma vez que não efetua transações em moeda estrangeira.

b) **RISCO DE CRÉDITO**

O risco de crédito, na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus utentes e clientes, relacionados com a atividade operacional.

A gestão de risco da entidade está estruturada nas necessidades próprias dos negócios da entidade tendo em constante consideração:

- As particularidades do perfil de utentes e clientes associados a cada um dos negócios/valências;
- A determinação criteriosa de limites de crédito adequados, por um lado, ao perfil de utente e cliente e, por outro lado, à natureza do negócio, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco;
- Uma regular monitorização das contas de utentes e cliente;
- O estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;
- O recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

c) **RISCO DE LIQUIDEZ**

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- (i) Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento;
- (ii) Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Face ao exposto, propomos que o resultado líquido positivo apurado no período no montante de **54.223,64€**, seja transferido para:

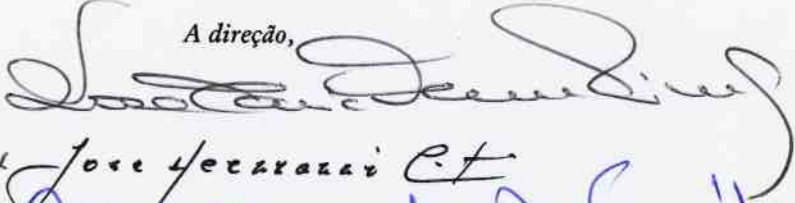
Resultados transitados 54.223,64€

11. ENCERRAMENTO

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos clientes e utentes, fornecedores e instituições bancárias porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento da nossa atividade, bem como a razão de ser de todos os nossos esforços.

Aos nossos colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Associação.

Fafe, 18 de março de 2025

A direção,

x José Carlos Pereira C.T.
x Acum Augusto D. Falcão
x José Augusto Pereira



ANTÓNIO FERNANDES,
MARTA MARTINS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, Lda

RELATORIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE FORNELOS (a Associação), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 4.868.540 euros e um total de fundos patrimoniais de 3.665.739 euros, incluindo um resultado líquido de 54.224 euros) e a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE FORNELOS, em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas **responsabilidades** nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



ANTÓNIO FERNANDES,
MARTA MARTINS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Associação.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza



ANTÓNIO FERNANDES,
MARTA MARTINS & ASSOCIADOS
SOCIIDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA

material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a entidade, não identificamos incorreções materiais.

Braga, 24 de março de 2025

António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC, Lda.

Representada por:

António Manuel Pinheiro Fernandes

Registo na OROC n.º 993 | Registo na CMVM n.º 20160608